

Comissão Especializada Permanente
Transportes e Mobilidade
6^a Comissão
ATA N.^o 37/XIII-4^o/2024-25

1 - Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 15H00, na Área Metropolitana de Lisboa, sita na rua Cruz de Santa Apolónia, 23, 25, e 25A, em Lisboa, realizou-se a trigésima sétima reunião da Comissão Especializada Permanente de Transportes e Mobilidade.

2 - Verificou-se a presença dos seguintes eleitos:

- Luís Palma, José Rocha, Paulo Viegas, Pedro Pereira, Ivo Almeida, Bruno Dias, Sónia Silva, Nuno Mendes, António Maco, Ivan Gonçalves.

Em representação da Área Metropolitana de Lisboa, estiveram presentes Carlos Humberto, Rui Lopo e Faustino Gomes.

Após cumprimentar todos os presentes, o presidente da comissão, Luís Palma, passa a palavra aos representantes da área metropolitana de Lisboa, que prepararam para os deputados uma apresentação detalhada com projecção de imagens, sobre o panorama atual da rede de transportes rodoviários da Carris Metropolitana, acompanhada das devidas explicações.

Carlos Humberto, ao tomar a palavra, destaca que os desafios são muitos, mas os resultados são satisfatórios. Refere que o percurso tem sido difícil, marcado pela constante necessidade de ajustes para melhorar o serviço prestado.

Acompanhando e reforçando as explicações das imagens projetadas, Rui Lopo sublinha o aumento substancial no número de passageiros transportados, uma taxa de crescimento bastante significativa. Este crescimento coloca mais pressão na gestão da rede, é preciso estar preparada para acompanhar essa evolução, procurando melhorar a oferta em termos de horários e circulações.

Continua a sua intervenção com explicações sobre as diferentes áreas servidas pela Carris Metropolitana, destacando a área quatro, com a maior taxa de crescimento do número de passageiros, acrescentando que é uma área muito dependente do transporte rodoviário para Lisboa.

Solicitando a palavra Pedro Pereira, solicita explicações mais detalhadas sobre a área três, e sobre a possibilidade de uma ligação da Charneca à estação de Corroios.

Tomando novamente a palavra, Rui Lopo explica que a equipa está atenta a todas as alterações que possam ser necessárias para encontrar as melhores soluções. Em seguida, aborda os condicionamentos causados por obras, eventos, entre outros fatores, que exigem alterações dos locais de paragem, com ajustes temporários na rede, que implicam atrasos, supressões de carreiras, mudanças de percursos e horários. Reafirma ainda a complexidade de gerir uma rede desta dimensão, considerando as diversas áreas de implementação. Para concluir, Rui Lopo informa que a avaliação das respostas aos inquéritos realizados é, de forma geral, satisfatória.

António Maco no uso da palavra, admite o seu ceticismo em relação ao que considera um início atribulado na implementação da rede da Carris Metropolitana. No entanto, reconhece e destaca a melhoria significativa da rede, alcançada em tempo recorde, reconhecida pelos utilizadores, conforme demonstrado nas respostas ao inquérito.

Em sequida, questiona os responsáveis se foram consultados sobre as novas infraestruturas

pensadas para Almada, como o túnel Trafaria-Algés e a implementação da nova frota de navios. Além disso, indaga se estão previstas medidas para tornar o transporte público rodoviário mais atractivo e solicita um ponto de situação sobre o número e as dificuldades na contratação de motoristas.

Ao solicitar a palavra, Bruno Dias reconhece o trabalho realizado, destacando que a Carris está a estabelecer um padrão importante com a publicação das informações. Aponta, contudo, que a necessidade de conceder serviços a privados dificulta a gestão do sistema. Em seguida, questiona qual a ideia para o desenho das diferentes áreas, para os corredores destinados ao transporte público rodoviário, e sobre a articulação com as autarquias no desenho no território. Considera relevante um ponto de situação sobre esse tema e sublinha a necessidade de normalizar as carreiras para as zonas do Areeiro e Sete Rios. Para finalizar, questiona sobre o término dos contratos de concessão, indagando se as datas de término são coincidentes para todas as concessionárias.

solicita a palavra Nuno Mendes, para questionar os responsáveis, se os painéis electrónicos de informação já estão todos instalados e em funcionamento.

Sonia Silva solicita a palavra para dizer que no seu ponto de vista seria interessante observar, diretamente no terreno, eventuais situações de desconforto para os utentes, identificando locais críticos que possam ser propensos a comportamentos indesejáveis, como o assédio. Além disso, é importante questionar se as escolas estão a ser consultadas e se têm uma opinião sobre os ajustes realizados. na sua opinião, o envolvimento das escolas nesse processo pode contribuir para a criação de soluções mais eficazes.

Ivo Almeida solicita a palavra para questionar os gestores da rede se, tendo em conta a evolução, quer na procura, quer na resposta, se existem algumas perspectivas de antecipação de negociação dos contratos de concessão.

No uso da palavra o presidente da comissão, Luís Palma, referindo-se em particular às ligações de transporte público rodoviário, Almada-Areeiro e Centro Sul-Lisboa, que considera eixos estratégicos, Sólicita uma atualização sobre a reabilitação do terminal do Areeiro e, na perspetiva dos responsáveis pela gestão da rede, questiona as principais razões para o crescente aumento do fluxo de passageiros.

Em resposta às questões apresentadas pelos membros da comissão, Rui Lopo iniciou a sua intervenção enumerando as principais razões que têm contribuído para o aumento significativo do número de utentes dos transportes públicos. Entre estas razões destacam-se o preço do passe, as migrações internas, a chegada de emigrantes, as classes sociais mais necessitadas. O objetivo, segundo o responsável, sempre foi criar condições para servir a população de forma abrangente.

Rui Lopo salientou ainda a importância fundamental da colaboração estreita com as autarquias, visando a organização estrutural e a definição de ajustes nos trajetos, de forma a melhorar a eficiência do sistema.

Quando questionado sobre o que pode ser feito para atrair mais pessoas ao transporte público rodoviário, afirmou que esse é, de facto, o objetivo. As condições sociopolíticas já estão criadas para essa evolução, haja vontade para que se concretize. Destacou que, embora as respostas estejam a surgir, é crucial eliminar as burocracias e agilizar os processos, a fim de garantir maior eficiência nos serviços prestados.

É necessário intervir nas infraestruturas, não existem WC nos terminais, sendo esta uma prioridade que, na perspetiva dos responsáveis, pode ser concretizada a curto prazo. Relativamente à admissão de motoristas, assegura que, atualmente, as dificuldades na contratação não têm sido significativas, salientando no entanto que dificuldades existirão sempre, tendo em conta a necessidade do aumento do número de motoristas.

Numa análise à resposta das empresas concessionárias no contexto da nova rede

capacidade para entender a sua dimensão.

Relativamente aos painéis informativos, assegura que, no geral, estão a funcionar em pleno, faltam instalar cerca de duas dezenas, acrescentando que pode-se sempre evoluir e melhorar e é com esse objectivo que continuam a trabalhar.

Toda a informação é pública, a apostar na comunicação, visa sobretudo facilitar o cumprimento dos horários e carreiras, procurando dar a melhor resposta às necessidades dos passageiros.

Nada está previsto relativamente à possibilidade de antecipação de renegociação dos contratos. As operadoras reivindicam alterações nos preços, o que é considerado normal. O contrato permite, em situações pontuais, uma margem de exigência de até 10%. As reuniões entre as autarquias e as operadoras ocorrem semanalmente. Quanto à questão sobre o envolvimento das escolas no processo, foi dito que isso é difícil, havendo uma comunicação mais direta com algumas escolas, enquanto com outras ela é feita de forma indireta, reconhece que este é um trabalho que exige proximidade.

Sobre o interface e o corredor de ônibus, Rui Lopo afirmou que, embora não tenham autoridade para impor regras ou intervir diretamente nesta área, estão a reunir informações para, em articulação com os municípios, contribuir para a resolução dos espaços destinados ao transporte público rodoviário. Além disso, estão a trabalhar nas infraestruturas necessárias para garantir a regularidade e a eficácia do serviço.

Por fim, em resposta à questão sobre os abrigos, foi esclarecido que a responsabilidade é da autarquia.

Tomando a palavra, Carlos Humberto destaca a importância da cooperação e da articulação entre as várias entidades para a concretização deste projeto, desde a sua implementação até o seu contínuo desenvolvimento ao longo do tempo, chegando aos dias atuais. Ele enfatiza que é justamente essa colaboração que permite superar os obstáculos que vão surgindo. Carlos Humberto também menciona que existem projetos importantes a serem realizados a curto prazo, como a construção e intervenção em terminais, a evolução dos transportes fluviais, há muito a ser feito, e um caminho a percorrer, mas não se podem dar passos maiores que as pernas, é essencial uma gestão responsável, que vá dando os passos certos, esse é o caminho para melhorar o serviço prestado à população.

O presidente da comissão, Luis Palma, agradecendo a disponibilidade e as informações facultadas pelos representantes da AML/TML, seguindo-se de seguida uma visita às instalações onde está centralizada toda a informação da rede de transportes da Carris na Área Metropolitana de Lisboa.

A presente Ata foi aprovada por unanimidade dos Deputados/as Municipais da Comissão

O Presidente da Comissão _____

O Secretário da Comissão _____

